



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes

A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL E SUA RADICALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA PÓS-2016:

apontamentos para pensar o futuro do Serviço Social e de seu projeto

profissional

MARCOS PAULO OLIVEIRA BOTELHO ¹
MARCELO BRAZ MORAES DOS REIS ²
LUÍS EDUARDO FERNANDES ³

RESUMO: Os impactos sociais da radicalização do neoliberalismo desbordam o campo econômico, tendo em vista que a hegemonia do grande capital monopolista financeiro se caracteriza por ser um padrão de acumulação, institucional e ideopolítico. Numa abordagem exploratória, o presente artigo, fruto de pesquisa em fase inicial, busca apresentar, sumariamente, alguns dos determinantes econômicos, políticos e conjunturais do aprofundamento da hegemonia neoliberal no Brasil contemporâneo, a partir dos quais se torna possível refletir as possíveis consequências para o Serviço Social

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

3 Professor com formação outra áreas. Escola Estadual Ondina Ribeiro Da Silva

e seu projeto profissional.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Brasil; Serviço Social.

ABSTRACT: The social impacts of the radicalisation of neoliberalism transcend the economic field, given that the hegemony of large monopolist financial capital is characterised as an accumulation, institutional and ideopolitical pattern. In an exploratory approach, the present article, a result of a research in early stages, intends to show, briefly, some of the economic, political and conjunctural determinants of the deepening of neoliberal hegemony in contemporary Brazil, from which it becomes possible to reflect on the possible consequences for Social Work and its professional project.

Keywords: Neoliberalism; Brazil; Social Work.

1 – INTRODUÇÃO

O presente texto compõe um projeto de pesquisa que se encontra em fase inicial. Apresentaremos aqui apenas as hipóteses principais e o guião teórico que a vem norteando, especialmente aquelas voltadas para o trato do Brasil contemporâneo e da crise que vivemos desde 2013, ou seja, já há quase uma década.

Se há uma comunhão nas análises sobre o neoliberalismo quando se trata da

identificação de sua principal característica – a hegemonia do “mundo das finanças” no capitalismo contemporâneo –, existe uma grande diversidade na caracterização desta financeirização ou do padrão de acumulação neoliberal. Sem adentrar a fundo nestas polêmicas, partimos do pressuposto de que o ponto central para a investigação não se concentra na distribuição das riquezas ou na má regulação, isto é, na esfera da circulação e realização do valor. A análise desta etapa do capitalismo e de seus impactos exige o estudo da produção de mais-valor e do aumento exponencial da exploração para manter a taxa de lucro geral em patamares que permitam a reprodução ampliada do capital. Como afirmam John Milios e Dimitris p. Sotiropoulos, a financeirização é uma estratégia da classe capitalista como um todo. A sua predominância é subproduto de uma mudança na relação de forças entre as classes sociais após a crise econômica da década de 1970 (MILIOS; SOTIROPOULOS, 2009).

Para além do cotidiano das empresas e dos Estados nacionais, a lógica das finanças também se manifesta entre os trabalhadores. Diante da estagnação salarial em vários países centrais e o aumento das taxas de exploração por conta da desregulamentação do mercado de trabalho, mercantilização de direitos sociais e intensificação da exploração, mecanismos como o crédito, securitização e financiamentos se tornaram os principais instrumentos para os trabalhadores conseguirem acesso a bens sociais e culturais como escola, universidade, moradia, saúde etc.

O capitalismo financeirizado engendrou uma nova lógica de organização empresarial mundializada e “desterritorializada”. Essencialmente, a financeirização ou dominância financeira representam uma etapa do capitalismo de máxima liberdade para os capitais em todas as suas dimensões e a formação de grandes conglomerados financeiros. Sumariamente, há uma intensificação da nova geografia econômica da divisão do trabalho e do processo de produção e valorização dos capitais: a) Wall Street e City londrina abrigam as 20 maiores instituições financeiras que “administram” os ativos globais; b) China e adjacências se tornaram o grande *locus* da nova capacidade produtiva; c) e nos paraísos fiscais, a captura dos resultados.

Nos anos de 2010, a lógica geoeconômica, social e política da hegemonia neoliberal sofreu abalos, revisões e protestos populares. Entre as classes capitalistas do “norte global”, as consequências da crise sistêmica do capitalismo, após 2008, aprofundaram o acúmulo de dívidas privadas dos grandes conglomerados, dívidas públicas dos Estados, estagnação nas taxas de acumulação, lucro e retração no poder de consumo dos trabalhadores. Nesse contexto, emergiram novos debates, até mesmo no ambiente dos intelectuais e formuladores burgueses, sobre a necessidade de políticas sociais, “justiça tributária” e uma maior intervenção estatal. No entanto, no “sul global”, em especial no continente latino-americano, em função da necessidade de composição econômica, política e ideológica entre as classes dominantes locais e o imperialismo, sobretudo estadunidense, a hegemonia neoliberal foi aprofundada. No Brasil, as políticas econômicas e sociais, as contrarreformas e a regressão político-institucional implementadas nos governos pós-golpe parlamentar de 2016 são signos emblemáticos deste aprofundamento. São estes determinantes econômicos e políticos mais gerais que devem orientar nossas reflexões sobre a profissão e o projeto ético-político na contemporaneidade.

2 – A hegemonia neoliberal nos governos petistas

Os governos do PT se caracterizaram pela formação de uma ampla coalização política e pacto entre classes, sem questionar e enfrentar estrategicamente a hegemonia neoliberal. Apesar dos limites e contradições, os governos petistas adotaram importantes medidas que reduziram as perdas dos trabalhadores em alguns níveis. Os programas e ações sociais do PT focados na pauperização absoluta alteraram parte das condições de vida de uma parcela expressiva da população, ainda que muito distante de se obter as mudanças estruturais tão necessárias e urgentes na agenda nacional. Contudo, somados à política de valorização do salário-mínimo, puderam, até 2013, recuperar parcialmente os rendimentos das famílias mais empobrecidas, reduzindo assim o pauperismo absoluto, ainda que, por outro lado, tenhamos assistido ao surgimento

de novas formas de pauperismo relativo.

Por outro lado, a rentabilidade e as taxas de lucro do capital monopolista-financeiro foram ampliadas para diversas frações capitalistas. Formou-se uma ampla coalizão econômica, social e política entre as diversas frações capitalistas, trabalhadores organizados e subproletariado desorganizado. As políticas de transferência de renda e valorização anual do salário-mínimo melhoraram as condições de vida da população trabalhadora, os investimentos de empresas públicas formavam cadeias produtivas nacionais como o de petróleo e gás, energia nuclear, construção de aeronaves, dentre outras. O governo, principalmente via BNDES, também impulsionava processos de conglomeração e transnacionalização de empresas nacionais. A política do “ganha-ganha” gerou alta rentabilidade para o capitalismo brasileiro, conforme destaca Pinto:

Para os setores dominantes, as políticas do governo Lula foram alvissareiras, pois os lucros auferidos pelos capitalistas não encontram precedentes na história do país. Entre 1997-2002 e 2003-2010, as taxas de rentabilidade médias sobre os patrimônios líquidos (ROE/ %) das 500 maiores empresas (não bancárias) e das empresas bancário-financeiras cresceram de 3, 5% para 11, 0% e de 12, 4% para 20, 3%, respectivamente. As grandes empresas da indústria de transformação (453 maiores empresas industriais – com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) também viram suas rentabilidades crescerem (de 4, 7% entre 1997-2002 para 18, 1% entre 2003-2010), a despeito da redução da participação desse segmento no PIB. Outro segmento que viu sua rentabilidade elevar-se foi o da construção civil. Para as seis maiores empresas desse segmento (Construtora Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Construtora OAS e Galvão Engenharia) a rentabilidade aumentou de 10, 2% entre 1997- 2002 para 12, 3% entre 2003-2010, sendo que durante o segundo governo Lula (2007- 2010) a rentabilidade média foi de 15, 9% em virtude do crescimento do investimento público em infraestrutura decorrente do PAC e do programa Minha Casa Minha Vida (PINTO, 2010; TEIXEIRA & PINTO, 2012; BASTOS et. al, 2015). [PINTO, 2016, p. 16]

Conforme destaca Miguel Bruno (2021), as políticas “híbridas” de fomento ao desenvolvimento econômico, durante os governos Lula, subordinavam-se ao padrão de acumulação neoliberal, a partir da responsabilidade fiscal, juros altos e dependência de capitais especulativos internacionais curtoprazistas para compensar perdas na balança de pagamentos. Essa engenharia política e social conciliatória, a partir do pacto lulista, tinha como pano de fundo a continuidade da regressão produtiva e a reprimarização da pauta exportadora do Brasil.

Entretanto, a conformação desse pacto político, social e econômico policlassista foi datado às condições particulares da conjuntura internacional e brasileira. Após 2008, apesar do avanço na obtenção de rendas e lucros oriundos de investimentos

transnacionais, grande parte da burguesia brasileira se deparava com baixas taxas de produtividade e o crescimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Desde 2008, conforme apontam relatórios do DIEESE, havia uma tendência de alta no número anual de greves no Brasil, na esfera pública e privada. O ano de 2013 registrou o maior número de greves na história da “Nova República”. Ao todo, foram contabilizadas 2.050 greves, com destaque no setor privado, apresentando um crescimento de 134% com relação ao ano anterior (DIEESE, 2015).

As razões dessas greves mereceriam maiores estudos, mas é possível apontar que o avanço da formalização das relações de trabalho, a diminuição do desemprego e a política de valorização do salário-mínimo criavam condições melhores de negociação para os trabalhadores com o patronato. Por suposto, se utilizarmos a conceituação leniniana, tratavam-se de greves economicistas, sem grande politização.

Contudo, o cenário externo mais restritivo, a tendência à queda da rentabilidade e das taxas de lucro das empresas não financeiras e o maior poder de barganha da classe trabalhadora fizeram explodir as contradições da ampla coalizão político-social lulista. Infelizmente, muitas análises sobre o governo Dilma acabam por minimizar essas novas condições objetivas e priorizam uma avaliação personalista, que vincula o desmonte deste “pacto social” a uma suposta postura “inábil” e “dura” da ex-presidente; talvez reproduzindo desvios misóginos que recaem em análises voluntaristas.

Decerto, o governo de Rousseff realizou uma aposta, não imune a contradições e conflitos, de equacionar o pacto conservador lulista. O novo governo propôs-se então a limitar os lucros e privilégios do setor bancário-financeiro, principalmente através da redução da taxa de juros e do papel protagonista dos bancos públicos, estabilizar os baixos níveis de desemprego, prosseguir com a política de valorização do salário-mínimo, embora alguns direitos e políticas sociais fossem reduzidos, e “abraçar” as pautas das frações “produtivas” da burguesia brasileira. Essas pautas estavam circunscritas ao aumento da competitividade da indústria nacional nas cadeias globais de valor-trabalho e fomento ao investimento privado, tendo como referência o modelo de desenvolvimento dos “tigres asiáticos”

(FERNANDES, 2022).

Foram produzidos dois importantes documentos, “Brasil do diálogo da produção e do emprego”, da FIESP, em 2011, e “Competitividade Brasil: comparação com países selecionados”, da CNI, em 2012, que sintetizam as reivindicações da fração industrial da burguesia que foram abraçadas pelo governo Dilma. O plano “Brasil Maior”, lançado pelo governo à época, resumia as principais propostas para a indústria da chamada “Nova Matriz Econômica” (NME), embora ainda deixasse intacto grande parte do tripé macroeconômico neoliberal, a NME pretendia impulsionar uma série de políticas de desenvolvimento, industrialização e crescimento através do incentivo ao investimento privado do “capital produtivo”.

As bases políticas e sociais da NME eram frágeis e não atacavam o padrão de acumulação predominantemente financeiro consolidado no Brasil desde a década de 1990. Mesmo assim, parte dessas medidas entraram em choque com o bloco de poder bancário-financeiro e seus aliados internacionais. A fragilidade da frente “neodesenvolvimentista” era tamanha que a política de desonerações fiscais se transformou num balcão de negócios no Congresso Nacional, sem contrapartidas em ganhos de produtividade e investimento privado:

A fragilidade da maioria que o governo tinha no Congresso e a pressão de lobbies de diferentes setores fizeram com que a reforma tributária fosse reduzida a um programa de renúncias fiscais não só para indústrias estrategicamente importantes, mas também para setores não prioritários e até de serviços; ao mesmo tempo, o controle de contrapartida de produtividade acabou sendo dificultado. O governo sentiu-se obrigado a ceder cumulativamente e a estender favores como forma de concretizar uma iniciativa considerada politicamente estratégica num contexto de derrotas sucessivas, apesar das distorções e do crescente custo fiscal delas.

As renúncias fiscais não trouxeram ganhos de competitividade. A falta de controle tornou impossível avaliar as contrapartidas do programa em termos de investimento, exportações, produção ou emprego, e as isenções fiscais foram apenas incorporadas aos lucros. A desaceleração econômica e o desperdício de receitas tributárias foram os principais motivos da deterioração fiscal no governo Rousseff. Os custos dos subsídios federais aumentaram de 0,2% do PIB em 2012 para 0,5% em 2015; durante esse período, o investimento do setor público caiu 0,5% do PIB. Uma vez que o efeito multiplicador do investimento é muito superior ao impacto expansionista dos subsídios (ou seja, o PIB responde muito mais fortemente ao investimento do governo que aos subsídios dados ao capital privado), o efeito líquido das políticas de governo foi – mais uma vez - contracionista. [SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 179]

Já em março de 2013, o experimento “heterodoxo” na política de juros foi abortado pelo Banco Central. A desaceleração do crescimento econômico era visível e a fração “produtiva” da burguesia interessava-se por ganhos corporativos sem a

contrapartida de investimentos privados. Pouco a pouco, a dita frente “neodesenvolvimentista” diluía-se e a queda na rentabilidade e nas taxas de lucro empurravam a subordinação dos setores industriais da burguesia brasileira ao setor bancário nacional e financista internacional.

O progressivo isolamento do governo Dilma também se manifestava na cena política. Concomitantemente ao seu enfrentamento ao núcleo bancário-financeiro, a ex-presidente pretendia minimizar a influência fisiológica e peemedebista em seu governo. Singer (2018) chamou esse confronto de “ensaio republicano”. Em vez de recorrer à pressão popular, o apelo se dirigia ao “combate à corrupção” no seio do Estado brasileiro.

Segundo o discurso oficial petista, diante da ascensão social de frações da classe trabalhadora mais empobrecidas, havia surgido uma “nova classe média”. Ou seja, os setores sociais que ingressaram no mercado formal de trabalho e ampliaram seu acesso ao consumo e à escolaridade, normalmente vinculados ao setor de serviços, seriam os novos membros da classe média. E, por isso, o discurso anticorrupção foi aceito sem maiores críticas por parte do governo, na crença de que estas bandeiras seriam mais adequadas para dialogar com esse segmento, em detrimento da defesa da universalização de direitos e de políticas públicas.

A diluição da ampla coalização política e do pacto de classes liderados pelos governos petistas culminaram no golpe parlamentar de 2016. A queda nas taxas de lucratividade dos grandes monopólios nacionais e a autonomia relativa conferida à Operação Lava Jato (OLJ) foram as principais determinações para impedir uma recomposição política e social do pacto petista (FERNANDES, 2022). As análises de Braz (2017), Dos Santos (2017) e Singer (2018), por métodos e abordagens diferentes, ressaltam o golpe parlamentar como um dos principais capítulos na reestruturação da dominação de classe, grupos sociais e políticos no capitalismo brasileiro.

3 – A radicalização neoliberal nos governos pós-golpe de 2016: a tragédia da crise brasileira e o desafio de pensar as consequências para o Serviço Social

Para Pinto (2020), embora o crescimento econômico após 2016 tenha sido medíocre, o apoio das frações monopolistas da burguesia brasileira aos governos Temer e Bolsonaro se justificam pela recuperação de suas margens de lucro, a centralização de capitais e os ganhos com rendimentos e dividendos oriundos do mercado financeiro.

O processo de centralização de capitais foi acompanhado do aumento da desnacionalização da economia brasileira. Em números coletados pela Transactional Track Record (TTR), que acompanha o volume de fusões e aquisições no mundo, entre 2014 a 2018, quase 400 empresas brasileiras passaram para as mãos estrangeiras no país, desembolsando cerca de 133 bilhões de reais. Empresas nacionais tidas como gigantes foram vendidas, como a Braskem; a Odebrecht Ambiental foi vendida para a canadense Brookfield; a multinacional estadunidense Archer Daniels Midland Company (ADM) comprou ativos da empresa brasileira Algar Agro – o negócio incluiu as instalações de processamento de oleaginosas em Uberlândia (MG) e Porto Franco (MA) (PEREIRA, 2018, s/p). As multinacionais dos EUA (75 operações), China (23 operações) e França (22 operações) foram as que mais participaram da “liquidação” de empresas brasileiras.

Além das empresas diretamente afetadas pela OLJ, cabe sublinhar o crescente processo de centralização de capitais em outros ramos do capitalismo brasileiro como o varejo (Magazine Luiza), as startups na área financeira (associação entre o Itaú e a XP Investimentos), os serviços e o agronegócio. Essa reconfiguração no poder econômico entre as frações da burguesia brasileira e o capital imperialista contribuíram para a recuperação das taxas de lucro.

Além desses elementos, após 2016, podemos constatar o progressivo aumento nas taxas de exploração da força de trabalho no Brasil. A austeridade como política de Estado foi fundamental para o aumento das taxas de exploração por meio do incremento de mecanismos de intensificação na extração da mais valia relativa, absoluta e da superexploração da força de trabalho. Isso foi possível graças à reorientação no padrão de acumulação, hegemonizado pela atividade financeira, e à indução ao aumento das taxas de desemprego, subocupação e deflação dos salários e da renda dos trabalhadores. No campo do investimento privado, após

2016, ocorreu uma explosão na atividade financeira não somente entre os bancos, mas também entre os chamados agentes autônomos de investimentos (AAI), como assinalam Ferreira e Gaspar (2021, p. 209):

[...] Um estudo realizado pela B3 (antiga BM&F Bovespa) mostra que entre 2016 e 2020, cresceu 440% o número de pessoas físicas investindo na Bolsa no Brasil (ver Gomes; Zanlorenssi, 2020). Uma empresa de corretagem como a XP Investimentos, que em 2010 era avaliada em R \$500 milhões, teve 49,9% de suas ações compradas pelo Itaú por R\$6 bilhões, em 2017 (ver InfoMoney, 2020). Apenas dois anos depois, a companhia abriu capital na bolsa nova-iorquina Nasdaq, em uma operação de R\$ 78 bilhões (ver Guimarães; Leopoldo, 2019). Hoje, 7 dos 8 mil AAI certificados são ligados à XP (ver Costa; Mendes, 2020).

Por outro lado, além da reorientação no padrão de acumulação, os cortes no investimento público criaram duas situações importantes para a recuperação das margens de lucro. A primeira induz ao alto desemprego e, com isso, os trabalhadores perdem poder de barganha e os salários são comprimidos. A segunda refere-se à abertura de novos mercados mediante a venda do patrimônio público e de recursos naturais.

Nesse cenário, desde 2015, o número de desempregados no país sempre ultrapassou as 10 milhões de pessoas e durante a pandemia de Covid-19 esse número oficial passou dos 14 milhões. Ademais, cabe destacar o alto número de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego) que, em 2021, passou dos 6 milhões e de subutilizados (pessoas que gostariam de trabalhar mais horas) que passa dos 30 milhões. Ou seja, o problema do desemprego, subutilização e desalento afeta mais de um terço da população economicamente ativa brasileira nos últimos anos.

Para além de medidas puramente econômicas, o aprofundamento da hegemonia neoliberal pós-2016 instituiu novos padrões institucionais e políticos no trato da “questão social”. A emenda constitucional do “teto de gastos”, o fim do regime de partilha e da prioridade da Petrobrás na exploração do Pré-sal, a privatização da Eletrobrás, as contrarreformas da previdência e trabalhista são alguns exemplos da radicalização da subversão constitucional burguesa, iniciada nos anos de 1990, sob hegemonia neoliberal. Tal hegemonia não foi posta em questão em nenhum período desde então. O que tivemos foram momentos em que ela, por fatores internos ou externos os mais diversos, perdeu força e obrigou às

classes dominantes a fazer concessões políticas e, em alguns casos, econômicas. As disputas entre as distintas frações da burguesia vêm dificultando a formação de um novo bloco de poder mais coeso que substitua o que vigeu até 2016. No fundo, a partir de 2013, com as chamadas *Jornadas de Junho*, aquele bloco já vinha se esgotando e se abria uma nova etapa das lutas de classes que culminaria com a derrotas significativas das forças progressistas e a ascensão da extrema-direita.

Frente a esta conjuntura desafiante e ameaçadora é que temos de pensar nas formas de preservação de nossas conquistas condensadas no projeto ético-político, refletindo as condições com as quais se defrontam aquilo que se conhece como as suas dimensões constitutivas (Braz e Barata, 2009), quais sejam: a *dimensão teórica* relativa à produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro; a *dimensão político-organizativa* referente às entidades representativas da categoria dos assistentes sociais no Brasil; e a *dimensão jurídico-política* concernente ao conjunto de leis, resoluções, diretrizes e princípios que envolvem a profissão no Brasil. Para tanto, devemos explicitar a convergência entre os aspectos que constituem a contemporaneidade brasileira e o projeto ético-político

Começamos pelo ponto de chegada que é a ascensão ao poder de Bolsonaro. Ele assinala o epicentro da crise brasileira. Seu governo expressa um caráter essencialmente antinacional, antipopular e antidemocrático. É um governo de destruição nacional e de regressão social que está liquidando a economia, atacando os direitos sociais e trabalhistas e atuando contra os institutos democráticos erguidos após Constituição Federal de 1988. Ele ataca, justamente, as fragilidades da democracia no Brasil legadas por nossa formação social. Quanto mais frágeis se tornarem as chamadas instituições republicanas, mais o capitão reformado se fortalece. Ele navega numa conjuntura em que os diversos segmentos das classes dominantes lutam entre si pela direção política de um novo bloco de poder que ainda está a se formar após a dissolução daquele que vigorou até 2016, conforme apontamos anteriormente. É desse ambiente de instabilidades e de conflitos intraburgueses que Bolsonaro se alimenta. As dificuldades recentes da esquerda brasileira também o fortalecem.

Mas antes desse ponto de chegada que se tornou o epicentro da crise, temos um

ponto de partida. Em 2013 o país conheceu o furor das chamadas *Jornadas de Junho*, fenômeno que nos legou um debate ainda incompleto sobre o seu significado apesar das inúmeras e boas análises que já foram feitas. Um levante massivo que irrompeu carregado de contradições de classes que se desenvolveram no curso dos governos petistas, explicitou, de partida, demandas vinculadas aos transportes públicos de massas nos grandes centros urbanos, questão que foi apenas o estopim para a deflagração de uma pauta mais ampla, que parecia represada, envolvendo reivindicações que iam desde a qualidade e o alcance dos serviços públicos em todos os níveis até as questões salariais e as relações de trabalho.

Em meio a elas, o repúdio à corrupção dos agentes públicos comparecia de modo adjetivo, secundado por demandas mais concretas relacionadas aos elementos materiais atinentes à reprodução social da força de trabalho. Sabemos todos que este papel coadjuvante o qual se destinou inicialmente as bandeiras do combate à corrupção logo foi superado pelo direcionamento que tomou as movimentações massivas. Sem entrar na profundidade que este debate implica, podemos dizer, o que é relativamente consensual entre os segmentos do pensamento mais à esquerda, que as pautas conservadoras tomaram de assalto os eventos de rua que passaram a ser, crescentemente, ocupados pelas camadas médias urbanas (as assim chamadas “classes médias”) que puseram a “anticorrupção” em alta bandeira.

Tais camadas sociais foram freneticamente animadas pela campanha midiática cotidiana tocada pelos grandes meios de comunicação monopolizados (Rede Globo à frente) que trataram de associar os “maus feitos” aos governos do PT, coisa que já haviam feito por ocasião do assim intitulado “mensalão”, em 2005. Os rumos deste enredo todos conhecem. Um crescente e raivoso antipetismo se transformou na “pauta” unificadora de vários segmentos do espectro de direita no país, inclusive uma até então inexpressiva extrema-direita. Ela “pegou carona” na onda antipetista que, no fundo, tratava-se de uma grande onda reacionário-conservadora e, a pouco e pouco, foi hegemonizando os movimentos de rua, colocando em evidência obscuros movimentos e desprezíveis lideranças políticas que pareciam sair de um esgoto que habitavam sem que os conhecêssemos. Ainda

que essa inesperada extrema-direita, recém-saída dos pântanos, divergisse da direita tradicional e competisse com uma imprecisa “nova direita” - que logo envelheceria, encarnada em movimentos tais como o MBL e o Vem pra Rua -, ainda que tais espectros da velha direita de roupagem nova disputassem a direção política do movimento de massas que se expandia exponencialmente, mantiveram unidade em torno do repúdio à corrupção e, especialmente, convergiam no sentido de associa-la, para o que contaram com o poderoso braço ideológico dos monopólios da mídia, ao “petismo”.

Os desdobramentos posteriores foram impulsionados pelas forças imperialistas, inclusive a Operação Lava-Jato – uma cruzada judicial moralizadora que acabaria se revelando criminosa, encabeçada por Sérgio Moro, um político travestido de juiz – são resultantes dos rumos que aqueles movimentos massivos tomaram. A força que angariaram passou a abrir caminhos para a emergência não apenas de lideranças políticas dessa “nova direita” – em que se encontra a própria velha extrema-direita – mas, sobretudo, passou a criar espaços para a difusão, em patamares que não experimentávamos fazia décadas, de uma verdadeira pauta conservadora da pior espécie, pois que se tratava da projeção e fortalecimento das mais nefastas forças conservadoras expressivas de um *conservadorismo reacionário*.

As consequências desta nova realidade estamos vivendo à quente, em especial as assistentes sociais. Colegas pesquisadores e pesquisadoras vêm estudando algumas de suas consequências para a profissão. Somamo-nos a estes esforços no sentido de procurar dar respostas aos desafios de uma conjuntura intensa e muito mutante. Por ora, interessa-nos indagar: o que se desdobrou pós-2013? Um apanhado da história recente nos ajuda a identificar os eventos históricos de maior magnitude e impacto social, o que nos possibilita refletir acerca de suas consequências para o Serviço Social.

Uma espécie de inventário de acontecimentos, sinteticamente apresentados em ordem cronológica, nos dá o seguinte: o *golpe* que derrubou Dilma Rousseff, iniciado na Câmara dos Deputados em abril e consumado no Senado Federal em agosto de 2016, que deixou escancaradas as relações intestinais travadas no

parlamento brasileiro, embaladas pelos monopólios midiáticos e, vergonhosamente, referendadas pelos meios judiciais; o *governo ilegítimo* do vice de Dilma, Michel Temer, entre 2016 e 2018, que em pouco mais de dois anos de mandato foi capaz de, novamente com apoio parlamentar, midiático e judicial (apesar das inúmeras denúncias de corrupção que alcançaram o mandatário golpista), aprovar projetos extremamente deletérios para o povo brasileiro como foram os casos da “*reforma trabalhista*” e da *emenda constitucional 95 (a PEC do Teto dos Gastos)* em 2017 que congelou os gastos sociais por duas décadas; a arbitrária *prisão de Lula em abril de 2018* - quando liderava as pesquisas de intenção de votos para o pleito daquele ano - que deixou o ex-presidente encarcerado até novembro de 2019, quando “caiu” a sentença de prisão em segunda instância, sinalizando que parte do Judiciário começava a se descolar da aventura golpista a qual serviu de forma vil; a *eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018* que apresentou ao Brasil e ao mundo um líder político abertamente fascista que se elegeu valendo-se de notícias falsas e de um raivoso antipetismo com o qual angariou apoio político, ostensivo ou envergonhado, das camadas médias urbanas, de consideráveis parcelas das massas trabalhadores, especialmente aquelas que vivem sob o tacão de pastores evangélicos e, claro, das classes dominantes em todos os seus segmentos, do empresariado aos banqueiros, dos maganos do “agrobusiness” às diversas modalidades de rentistas, da grande mídia monopolizada até segmentos importantes da assim chamada sociedade civil organizada; e, é claro, o próprio *governo Bolsonaro iniciado em janeiro de 2019 e em curso neste 2022*, cujas medidas econômicas, sociais e políticas deixam um rastro de destruição que ainda não foi devidamente mensurado.

Eleito na crista de uma verdadeira onda conservadora-reacionária, Bolsonaro e o bolsonarismo que consigo emergiu são as expressões e as consequências mais emblemáticas desses tempos difíceis em que vivemos no Brasil. Expressam um ponto de chegada em que confluíram e convergiram todos os eventos históricos carregados de retrocessos, expostos acima. E, ao mesmo tempo, representam um ponto de partida de um governo deletério que, mesmo se for derrotado nas eleições que se avizinham, deixará a sua “obra” cimentada na regressão a que submeteu a sociedade brasileira e manterá sua força política, apoiado que está num movimento

organizado. A pesquisa que desenvolvemos, ainda em fase inicial, procura conhecer melhor esta realidade para contribuir com reflexões necessárias ao momento atual do Serviço Social brasileiro e, em especial, do projeto ético-político. Neste texto nos propusemos apenas a indicar os determinantes que marcam a atual conjuntura a partir dos quais problematizaremos na pesquisa as consequências à profissão e a seu projeto coletivo construído historicamente.

4 – CONCLUSÃO

As consequências deste quadro econômico, político e ideológico regressivo para o Serviço Social e o seu projeto profissional são múltiplas e desafiadoras. Incidem em diferentes esferas; nos processos de trabalho, no mercado de trabalho e nos institutos formativos profissionais; nas condições materiais e organizacionais das instituições em que trabalham as assistentes sociais, nas políticas sociais e serviços públicos e privados; e na realidade social dos usuários do Serviço Social nestas instituições, nas condições de vida, de trabalho e nas demais expressões da “questão social” que atravessam suas existências.

A profissão e os trabalhadores veem-se enredados numa nova morfologia do trabalho, onde imperam os processos de terceirização, flexibilização, precarização, “pejotização” e “uberização” do trabalho.

O desmonte e reconfiguração das políticas sociais, produtos das transformações operadas nas décadas de hegemonia neoliberal, revelam um quadro em que se consolida a lógica de militarização da vida social, de repressão aos pobres, de privatização e precarização das políticas de saúde e previdência, na mesma medida em que se reproduz, sem alterações substanciais, o minimalismo nas políticas de combate à pobreza.

Em outro nível, as consequências ideopolíticas do avanço conservador se apresentam como um grande desafio para a manutenção das conquistas teóricas, político-organizativas e jurídico-políticas da profissão. A vigência do projeto ético-político e a reafirmação da direção social estratégica da profissão na atual

conjuntura se enfrentam com a necessidade de responder teórica e politicamente às investidas políticas e ideológicas do avanço conservador. O surgimento de novas demandas, competências e atribuições profissionais diante das transformações recentes no “mundo do trabalho” exigem soluções criativas, que preservem as conquistas político-jurídicas e avancem no atendimento de questões emergentes em favor dos interesses dos trabalhadores. No campo da formação, deve-se pontuar a impressionante expansão de cursos de Serviço Social em todas as suas formas, sejam aqueles de modalidade presencial, sejam aqueles numerosos cursos criados para a modalidade à distância. Isto não só trouxe mudanças quantitativas profundas (sabe-se que o número de assistentes sociais brasileiros já alcança duzentos mil) como também tem modificado os padrões de formação profissional que parecem indicar que está a se criar um novo perfil profissional que pouco conhecemos, principalmente aqueles formados nos EAD's. Este quadro, que se radicalizou com o ensino remoto, tende a nos dificultar a reprodução da massa crítica que foi criada nos últimos quarenta anos, algo que pode se agravar se os ataques às universidades públicas triunfarem, uma vez que nelas reside o grosso daquela massa crítica.

O desenvolvimento da pesquisa dos determinantes econômicos e políticos da radicalização da hegemonia neoliberal nesta quadra conjuntural e das suas consequências no Serviço Social se mostra, portanto, como uma tarefa importante no desvelamento de caminhos de enfrentamento e de luta coletiva organizada em favor de avanços sociais, democráticos e civilizatórios.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, J. e BRAZ, M. “O projeto ético-político do Serviço Social”. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1ed. Brasília: , 2009, v. 1, p. 185-201.

BRAZ, M. “O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário”
In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, Nº 128. 2017.

BRUNO, Miguel. “Os governos Dilma Rousseff: Da “Nova Matriz Macroeconômica” ao golpe de 2016”. In: ARAÚJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. *Economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo: Editora Hucitec, 2021.

DIEESE. *Balanço das greves em 2013*. Publicado em: 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 12/10/2021.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XX*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2017.

FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. *O imperialismo legal: os elos entre o imperialismo tardio e a lava jato no Brasil. 2022*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, Fernando Sarti; GASPAR, Gabriel Rocha. “A Economia Política da Lava Jato”. In: AUGUSTO JR, Fausto; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli; ALONSO JR, Antonio. *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MILIOS, John; SOTIROPOULOS, Dimitris. *Rethinking Imperialism: A Study of Capitalist Rule*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEREIRA, Renée. *Desnacionalização de empresas avança no Brasil*. Publicado em 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/10/22/desnacionalizacao-de-empresas-avanca-no-brasil.htm>. Acesso em: 12/01/2022.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDIJAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. *A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e*

crise. Rio de Janeiro: I.E. 2016. Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_004_2016_COSTA_PIN TO_et_al.pdf. Acesso em: 12/10/2021.

SINGER, André. *O Lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

,

,